

Título	Atração de investimentos e o leilão de energia existente
Veículo	Canal Energia
Data	14 Out 2004
Autor	Claudio J. D. Sales

Atração de investimentos e o leilão de energia existente

O leilão de energia existente indicará a potenciais investidores o nível de preços para contratos mais longos

Acabamos de conhecer pelos jornais que o Brasil caiu da quarta posição, em 2000, para a 17ª posição, em 2004, na preferência de investidores externos. A intenção de investimentos é sondada com base em entrevistas com executivos das maiores empresas do mundo e confirma a queda absoluta de 39% nos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), ou uma diminuição de R\$ 16,6 bilhões para R\$10,1 bilhões nos aportes, de 2002 para 2003.

Do ponto de vista analítico essa queda de disposição para investimentos no nosso país pode ser explicada ou pelo aumento da atratividade de outros países que concorrem conosco pelo mesmo capital, como China e Índia, ou pela queda da atratividade brasileira.

Qualquer que seja a explicação, ou o peso de cada uma delas no diagnóstico global, a solução é a mesma: ao melhorarmos o ambiente institucional e emitirmos sérios sinais de compromissos com a estabilidade microeconômica (respeito a contratos, clareza regulatória, governança corporativa transparente etc) nos beneficiaremos duplamente. O Brasil se posicionará de maneira absoluta de maneira mais atrativa e, de maneira relativa, será mais competitivo frente a países concorrentes.

Já fizemos muito até agora: apesar de toda a tensão pré-eleições de 2002 e o tumultuado início do governo do PT, o bom senso falou mais alto e, na área macroeconômica, a transição foi bem planejada e executada. O prêmio veio na forma de resultados muito concretos: inflação (re)controlada, dívida e moeda estabilizadas e retomada do crescimento.

Ironicamente, entretanto, a retomada de crescimento, tão esperada, cria um problema de natureza microeconômica: como construir a infra-estrutura que dê suporte a taxas de crescimento mais agressivas e apropriadas às nossas demandas sociais?

Dentre os setores de infra-estrutura que podem se colocar como grandes gargalos para o crescimento destacam-se o de transportes e o de energia. No setor de energia, um estudo da Tendências Consultoria Integrada revela que num cenário de crescimento de referência ⁽²⁾ para a próxima década serão necessários em media R\$ 20 bilhões ao ano de investimentos.

Estimativas mais otimistas em relação à capacidade de aportes estatais revelam que o setor privado deverá ser responsável por pelo menos 50% de toda a necessidade apontada. Estamos falando, portanto, de um desafio correspondente à criação de um ambiente capaz de atrair quase R\$ 1 bilhão ao mês. Para os mais experientes com a lógica e rituais de decisões de investimentos privados, esse número expressa com clareza o tamanho do desafio que temos pela frente.

Mas, assim como na área macroeconômica, também precisamos reconhecer os avanços microeconômicos obtidos no setor elétrico. Apesar da incerteza que ainda pesa sobre nossas cabeças a respeito da inconstitucionalidade do processo que desencadeou as leis do novo modelo do setor elétrico (precedidas por medidas provisórias ainda questionadas nos tribunais), o setor hoje trabalha em cima de um sistema legal que tem amadurecido com o aumento das interações entre governo e agentes.

Já estamos completando quase dois anos sem nenhum início de projeto relevante para aumento de capacidade instalada, mas concordo com os especialistas que afirmam que o leilão de energia existente, programado para o fim do ano, será um sinal extremamente relevante para a tomada de decisão dos investidores.

O leilão de energia existente indicará a potenciais investidores o nível de preços para contratos mais longos e será usado como parâmetro importante para o segundo grande desafio que se colocará no primeiro semestre de 2005: o leilão de energia nova, que discutirei em outra oportunidade.

O sucesso do leilão dependerá de uma modelagem que evite os três grandes problemas unanimemente apontados por estudiosos da Teoria de Leilões: barreiras de entrada a ofertantes, práticas de conluio e precificação predatórias ⁽³⁾. A CBIEE tem procurado contribuir com o Ministério de Minas e Energia nas três frentes.

Ao defender transparência na construção do arcabouço regulatório por meio de constante diálogo com atores privados, acreditamos cooperar no encaminhamento de mensagens positivas ao mercado e a potenciais investidores, estimulando-os a considerar novos aportes num setor tão intensivo em capital e de retorno tão demorado.

Quando enfatizamos a importância de incorporar a visão do Tesouro Nacional sobre a necessária valorização do patrimônio público, evitando a prática de preços estatais artificialmente baixos (e vencedores no curto prazo, mas inviáveis no longo prazo), incluímos no debate os interesses de todos nós, contribuintes, que, com nossos impostos, construímos o parque gerador estatal e queremos ver o retorno compatível com os investimentos feitos.

A idéia de preço mínimo, ainda em discussão, parece merecer séria reflexão em função da proteção que seria dada ao patrimônio das estatais na hipótese de uma espiral descendente de preços durante os leilões.

Quando insistentemente (há mais de um ano temos nos pronunciado sobre isso) apontamos para a necessidade de definir qual função será maximizada pelas estatais nos leilões – lucro, participação de mercado ou posições políticas – incorporamos também uma discussão seríssima que tem envolvido vários setores em diversos países: mecanismos de governança corporativa.

Assim como fomos ouvidos na construção das leis e decretos do setor, temos confiança de que nossas contribuições sobre os leilões serão discutidas e incorporadas. Afinal, o objetivo do governo e dos agentes privados é o mesmo: colocar o setor numa trajetória de sucesso e reposicionar o Brasil no topo das preferências dos investidores. Todos nós, governo, investidores e sociedade, temos que nos sentir incomodados com esta 17ª posição e desafiados a retomar o topo do ranking. É possível.

Cláudio Sales é presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica)

(1) A CBIEE é constituída pelos 16 maiores grupos empresariais de investidores privados, brasileiros e estrangeiros, responsáveis por 61% da distribuição e 28% da geração de energia no país. São membros da CBIEE: AES, Alliant, CMS Energy, CPFL Energia, Duke Energy, EDF, EDP, El Paso, Endesa, Grupo Cataguazes-Leopoldina, Grupo GP, Grupo Rede, Iberdrola, Prisma Energy, PSEG e Tractebel.

(2) No cenário de referência os 3 primeiros anos da próxima década apresentarão um crescimento do PIB de 4.5% a.a. e os 7 anos seguintes crescerão à taxa média equivalente a 3.5% a.a.

(3) "Auctions: Theory and Practice", de Paul Klemperer. Princeton University Press, 2004.